

REVISTA DE  
HISTÓRIA

FFLCH-USP  
1998

## O DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1905 NA SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ

Ricardo Musse

*Doutor em Filosofia - FFLCH/USP*

---

**RESUMO:** O impacto da Revolução Russa de 1905 na social-democracia alemã provocou um debate acerca das táticas de transição ao socialismo, centralizado na questão da pertinência do exemplo russo da greve de massas, que precipitou a tripartição do SPD em três tendências, antecipando uma cisão plenamente consolidada apenas em 1912. Essa discussão é um momento privilegiado para examinar as posições programáticas de seus três principais teóricos: Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Rosa Luxemburg.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marxismo, Socialismo, Social-Democracia, Movimento Operário, Revolução.

**ABSTRACT:** The effect of the Russian Revolution of 1905 in German Social-Democracy stimulated a debate on the tactics of the transition to socialism. The centre of this debate was the effectiveness of the Russian example of mass strike, and it caused a split of the SPD in three tendencies anticipating the break that would occur in 1912. This debate is an excellent opportunity to check the programmatic positions of its three mains theoreticians: Eduard Bernstein, Karl Kautsky and Rosa Luxemburg.

**KEYWORDS:** Marxism, Socialism, Social Democracy, Labour Movement, Revolution.

---

O súbito desencadeamento, em 1905, de um levante proletário na Rússia –a primeira rebelião operária depois de um interregno de trinta e quatro anos– impôs à social-democracia alemã uma nova pauta de discussão. Numa conjuntura em que a superação do capitalismo reaparecia como uma possibilidade tangível, o debate acerca dos processos através dos quais se desenvolve

a passagem ao socialismo e das formas mais pertinentes de organização dos trabalhadores deixou de ser uma mera (e sem importância) questão teórica. As divergências acerca da estratégia política mais adequada a essa nova fase da luta do proletariado (em parte, resultado de interpretações discrepantes acerca do caráter da sublevação russa) não deixaram de determinar, em certa

medida, as formas sob as quais se estruturaram e se cristalizaram as tendências no partido social-democrata alemão (SPD), a partir de então, tripartido em revisionistas, ortodoxos e esquerdistas.

No interior do SPD, a polêmica girou quase sempre em torno de um único ponto: em que medida era necessário ou mesmo viável aplicar na Alemanha a tática, ensaiada pela primeira vez pelo proletariado russo, da greve de massas? Apesar do tom um tanto quanto anódino da querela, discutia-se mais do que a factibilidade do transplante de um método de luta surgido em condições bastante diversas da realidade alemã. Sob essa roupagem acessória estava em jogo a própria questão da possibilidade de uma retomada da revolução socialista.

O debate acendeu-se com a decisão da cúpula sindical, antes mesmo de conhecidos os desdobramentos da insurreição, de condenar as tentativas de assimilação dos procedimentos da classe trabalhadora russa, sentença que não se limitou a um gesto formal (chegou-se a proibir, nessas organizações, inclusive a propaganda da greve de massa). Com isso, a direção do aparato sindical pretendia coibir as interpretações que tendiam a conceber num mesmo registro os eventos na Rússia e a recente ofensiva da classe operária alemã, configurada simultaneamente por uma radicalização do movimento grevista (cujo ápice foi a greve dos mineiros do Ruhr) e por uma intensificação das reivindicações políticas (como a luta pela reforma eleitoral na Prússia e na Saxônia). Mas tinha também em mente a discussão – iniciada pela socialista holandesa Henriette Roland-Holst com a publicação de *Generalstreik und Sozialdemokratie* – acerca da possibilidade de introduzir no arsenal marxista uma forma de combate até então descartada por seus vínculos com a tradição anarquista<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Acerca do papel central atribuído a essa estratégia pelos “sindicalistas revolucionários” veja WALDENBERG, 1989, p. 247-252. Em 1906, Rosa Luxemburg dedica o primeiro dos oito capítulos

Enfraquecido pela divisão em diversas alas, o partido social-democrata alemão não conseguiu reagir à insubordinação da burocracia sindical<sup>2</sup>. Incapaz de empreender uma ação coordenada e unificada, contentou-se em aprovar no Congresso de Iena (1905) uma resolução encaminhada por August Bebel que recomendava o recurso à greve de massas apenas em dois casos extremos, na defesa do sufrágio universal ou para manter o direito de associação, com o que, entretanto, liberava, de certa forma, sua propaganda. Essa solução intermediária, ditada mais pela necessidade de conciliar as diversas tendências do que propriamente pelo propósito de enfrentar os sindicatos, não impediu os funcionários sindicais de levar adiante sua desobediência às decisões partidárias. Durante o Congresso de 1906 estabeleceu-se um acordo pelo qual o SPD reconhecia a autonomia dos sindicatos, selando uma influência da cúpula sindical no partido que daí em diante cresceu cada vez mais.

A tibieza da social-democracia alemã diante dos sindicatos torna-se ainda mais evidente se levarmos em conta que desta vez os três mais proeminentes teóricos do partido, Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Rosa Luxemburg, lideranças intelectuais respectiva-

de *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* à refutação da associação entre greve de massas e anarquismo. Além de lembrar o papel secundário do anarquismo na insurreição russa, sintoma de sua decadência histórica, Rosa ressalta que a versão ali encenada não foi, desmentindo as expectativas anarquistas, um “golpe teatral que permitisse economizar a luta política”. Muito pelo contrário, “a população trabalhadora e, à cabeça desta, o proletariado conduziram a luta revolucionária servindo-se da greve de massas como a arma mais eficaz na conquista dos mesmos direitos e condições políticas cuja necessidade e importância na luta pela emancipação da classe operária foram demonstradas por Marx e Engels, que as defenderam com todas as suas forças no interior da Internacional, opondo-se ao anarquismo” (LUXEMBURG, 1979, p. 16).

<sup>2</sup> Acerca do enfrentamento entre partido e sindicatos em função da greve de massas veja SALVADORI, 1986, p. 245-261.

mente dos reformistas, do centro e da *Neue Linke*, sustentavam igualmente (deixando de lado a questão dos fins visados) que o movimento operário não deveria prescindir da possibilidade de recorrer à tática de greves de massas.

Todos, inclusive Bernstein, entenderam que a Revolução de 1905 desmentira uma das premissas centrais do programa político esboçado por Engels na “Introdução de 1895”: a hipótese de um sepultamento definitivo de formas de enfrentamento, como manifestações e combates de rua, lutas de barricadas etc., consideradas inadequadas aos novos tempos (isto é, à modernidade *fin de siècle*). Isso exigia, pelo menos, uma revisão da proposta de levar adiante o confronto com a burguesia exclusivamente por meio da atuação legal (via eleições e ação parlamentar) dos partidos socialistas. Por outro lado, todos também admitiam, inclusive Rosa Luxemburg, a atualidade e a validade da crítica de Engels à fórmula “revolução de minoria”. Qualquer que fosse o caminho ou o método de luta mais apropriado para se chegar ao socialismo, o proletariado não poderia de modo algum dispensar a perseverança no trabalho a longo prazo ou o combate prolongado por posições, característicos das “revoluções de maiorias”.

Entretanto, se havia um consenso de que na determinação da estratégia mais conveniente para o proletariado conquistar o poder político não era mais preciso resgatar modelos do passado ou projetar expectativas acerca do futuro, pois o próprio presente histórico parecia ter se encarregado de fornecer as indicações necessárias, as alas revisionista, ortodoxa e esquerdista divergiam totalmente sobre o significado dos acontecimentos da Rússia, acerca da pertinência em se incentivar a transposição das greves de massas para a Alemanha e também, por conseguinte, na avaliação de se 1905 representava ou não uma modificação nas condições de luta do proletariado profunda o suficiente para anunciar uma era de revoluções.

Bernstein certamente não concordava com o repúdio da direção sindical à greve de massas, mas nem por isso concedia a esse método de combate um lugar de destaque. Aceitava esse procedimento desde que sua aplicação fosse restrita a uma tática defensiva a ser acionada apenas em momentos de emergência (isto é, nas mesmas circunstâncias extraordinárias previstas na resolução do SPD aprovada em Iena) ou então como uma forma a mais de pressão na luta pela ampliação de direitos democráticos.

A princípio, admitia que a revolução russa proporcionava uma mudança na situação política favorável à social-democracia alemã, no mínimo, pelo enfraquecimento do czarismo (baluarte da reação na Europa). Entretanto, não previa alterações substanciais nas condições objetivas como, por exemplo, uma recaída do capitalismo na anarquia anterior à regulação atual. Por conseguinte, manteve praticamente inalterada a estratégia de organizar a classe trabalhadora primordialmente em função da tarefa de implementar reformas, visando, ao mesmo tempo, substituir os privilégios da classe dominante, com a consolidação das instituições democráticas, e conter “as tendências exploradoras do capital”, com a implantação de regras de controle social sobre a vida econômica.

Calcada sobretudo na evolução histórica e na experiência social da classe trabalhadora da Inglaterra, essa estratégia estava particularmente imune aos acontecimentos da Rússia. Adotando como guia para o futuro da Alemanha, o padrão instaurado no país onde o capitalismo era mais desenvolvido na época (seguramente, mas somente em parte, inspirando-se nas análises de Marx), Bernstein, no pressuposto de que mais dia menos dia os países do Continente também haveriam de trilhar essa trajetória modelar, recusa peremptoriamente qualquer comparação com a situação russa, em particular, a hipótese de uma “unidade revolucionária”, ainda que só tendencial, entre Oriente e Ocidente<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Para um histórico das diferenças entre a evolução política e social da Inglaterra e da Alemanha veja BLACKBOURN e ELEY, 1984.

Tampouco avalia como sintoma de potência do proletariado (e, portanto, como exemplo a ser seguido) a facilidade com que as greves explodem na Rússia. Sua pretensa “espontaneidade” decorreria apenas da “fragilidade evidente da burguesia e do Estado russo”. Na verdade, aqui Bernstein vai um pouco além da reiteração de um topos muito difundido na época (e um tanto quanto trágico quando se leva em conta suas implicações para a determinação da política social-democrata anterior a 1933), segundo o qual, a burguesia alemã dispunha de um poder de fogo e de uma força social equivalente às suas congêneres ocidentais. Sua rejeição da tática da classe trabalhadora russa, reafirma também a aposta dos reformistas de que não seriam as massas proletárias extremamente empobrecidas, mas tão somente os operários industriais bem organizados, conscientes de si, formados politicamente na via democrática, que tornariam possível (e bem-sucedida) a transição para o socialismo<sup>4</sup>.

Por fim, um tanto quanto voltado para o seu próprio umbigo, Bernstein considera mais pertinente aferir a viabilidade da sua estratégia em função do andamento interno da social-democrata alemã do que pelo ritmo do proletariado “oriental”. A contraprova decisiva acerca da eficácia do reformismo estaria assentada no fato de que, apesar de conservar ainda a “fraseologia” antiparlamentar e revolucionária de outrora, o SPD orientava-se visivelmente cada vez mais, numa direção anti-revolucionária, consolidando-se lenta e gradualmente como um partido eleitoral e parlamentar.

Kautsky, por sua vez, empolgou-se com a revolução russa, pelo menos num primeiro momento. Inferiu que semelhante influência ajudaria a oxigenar a social-democracia alemã, a seu ver, excessivamente comprometida com uma prática, na situação atual, ineficaz<sup>5</sup>. A longo prazo, porém, sua posição acerca

dos acontecimentos de 1905-1907 modifica-se bastante, seguindo inflexões claramente determinadas pelas oscilações da conjuntura alemã.

Grosso modo, pode-se dizer que, em Kautsky, a conjugação de uma excessiva rigidez no campo doutrinário com uma espantosa flexibilidade na investigação do presente histórico e na elaboração da tática política não deriva apenas de sua conhecida dificuldade para se orientar diante de circunstâncias inesperadas (consequência de uma especialização direcionada pelas tarefas de interpretar a obra de Marx e de sistematizar o socialismo científico), denota também o propósito recorrente de subordinar a teoria à prática partidária. Só que agora, quando a polêmica interna extravasa os limites frequentemente auto-impostos pela preocupação (comum a todas as alas) com a unidade do SPD, sua postura de árbitro (quase sempre avalizada pelo apoio de Bebel), a aposta no equilíbrio e na moderação, não convence mais. A adaptabilidade e heterogeneidade do programa, deliberadamente bifronte pela incorporação de propostas da direita e da esquerda, já não bastam para agrupar ou conciliar as forças centrífugas que dilaceram o partido. Doravante, servem apenas como racionalização teórica da atuação política do grupo centrista.

A estratégia para a superação do capitalismo delineada por Kautsky considera inevitável uma ruptura da ordem vigente, descartando como utópica qual-

mã. Somente nos países anglo-saxônicos e escandinavos teria havido, de fato, um fortalecimento unilateral do poder social do proletariado, sem o concomitante empobrecimento previsto por Marx.

<sup>5</sup> Em *O Caminho do Poder*, Kautsky transcreve trechos de um artigo de fevereiro de 1904 onde prevê que uma revolução na Rússia “não deixaria de influir poderosamente nos países vizinhos; estimularia e aticaria neles o movimento operário que receberia assim um impulso vigoroso no combate às instituições políticas que se opõem ao advento de uma verdadeira democracia, como é o caso, na Prússia, do sufrágio das três classes” (KAUTSKY, 1979b, p. 13).

<sup>4</sup> Sobre isso veja, por exemplo, BERNSTEIN, 1982a, p. 267. Segundo Arrighi (cf. ARRIGHI, 1997, p. 309-320), o programa de Bernstein contemplava apenas uma parcela da classe operária ale-

quer esperança de uma transição “suave” para o socialismo<sup>6</sup>. Entretanto, confiando que caberia ao proletariado decidir sobre o momento e a oportunidade do combate final, julga mais prudente resguardar a ação revolucionária para a batalha decisiva. Por ora, cabe ao movimento operário (bem como ao seu braço político, o partido social-democrata) manter a autonomia e preparar-se para a revolução social. A melhor via para fortalecer sua capacidade de organização e de conhecimento seria, portanto, a luta quotidiana pelas reformas. Tal combate visa tanto debelar a miséria (uma “ameaça constante” que ronda os trabalhadores), promovendo o “renascimento físico e intelectual do proletariado”, quanto favorecer, pela democratização do espaço público, a implantação ou o bom andamento de instituições da classe operária tais como cooperativas, sindicatos e mesmo governos municipais socialistas.

Aparentemente tal programa não passa de uma recapitulação dos vínculos entre a emancipação econômica e a luta de classes política, já ressaltados por Rosa Luxemburg em sua polêmica com Bernstein. Entretanto, agora, não se procura apenas restabelecer a unidade do marxismo ou justificar a prática política do partido social-democrata alemão. O modo como Kautsky articula o objetivo revolucionário com uma pauta de reformas delimita também o leque de procedimentos a serem seguidos para a conquista do poder, explicitando – além de uma interpretação dos mecanismos de formação da consciência de classe das massas proletárias<sup>7</sup> – uma determinada concepção acerca da forma e das etapas da passagem ao socialismo.

Segundo a ala esquerda, Kautsky e, com ele, a direção do partido não concebem (por mais que digam o contrário) a revolução como um processo histórico em andamento, mas como um horizonte longínquo pouco influenciável pelas decisões do dia a dia. A tática de guardar fileiras, de desenvolver o antagonismo da classe operária em relação ao mundo burguês contando apenas com a autonomia e independência de sua estrutura organizacional (base da política de “intransigência” dos socialistas), o desprezo pela possibilidade de aglutinar e educar (ou seja, formar) o exército proletário no próprio curso da luta revolucionária assentam-se na perspectiva de que “a grande e decisiva batalha” consistirá em algo semelhante a uma medição (quase estatística) de força e de potência entre o campo proletário e o bloco burguês. Nessa perspectiva, o projeto político de Kautsky tende a confundir o crescimento da consciência e da organização dos trabalhadores com a ampliação do aparato e das instituições operárias. Assim, na junção que promove entre prática quotidiana e objetivo final, a luta pelas reformas acaba transformando-se, de simples meio de fortalecimento do proletariado, em tarefa revolucionária<sup>8</sup>.

As ambigüidades e as contradições desse programa, sua incapacidade em reconstruir o consenso perdido, afloram nitidamente em *O Caminho do Poder*. Nesse livro de 1909, considerado unanimemente o mais independente de seus textos<sup>9</sup>, Kautsky procura aplicar (mas também adequar) os princípios gerais de sua estratégia – forjada na polêmica com o revisionismo e em parte como resposta às estocadas da ala

<sup>6</sup> Uma exposição condensada dessa estratégia pode ser encontrada em KAUTSKY, 1968, p. 184-186. Para um relato da evolução histórica desse projeto político veja SALVADORI, 1989, p. 313-335.

<sup>7</sup> Não é de todo indiferente para a determinação das propostas políticas de Kautsky o fato dele considerar que a consciência socialista (e, a partir dela, o programa de plena autonomia organizativa e ideológica do proletariado) não se forma espontaneamente, sendo antes um elemento introduzido “de fora” na luta de classes.

<sup>8</sup> Um resumo dessas divergências, elaborado a posteriori por um representante da esquerda, pode ser encontrado em MATTHIAS, 1988, p. 59-65. Já para uma apresentação menos partidária dessa discussão veja WALDENBERG, 1989, p. 240-247.

<sup>9</sup> Trata-se, como adverte o prefácio, da exposição de um ponto de vista pessoal, isto é, de um raro texto de Kautsky publicado sem a chancela oficial do partido.

esquerda— às questões levantadas por fatores conjunturais como a insurreição na Rússia (no momento, já debelada pelas forças governistas) ou a derrota eleitoral do SPD no escrutínio de 1907.

No balanço de Kautsky, os eventos dos últimos anos confirmaram os prognósticos, emitidos no decorrer da revolução e até mesmo antes de sua deflagração, de que o Ocidente seria fortemente impactado por uma rebelião do proletariado russo. A radicalização do confronto entre as classes, o crescimento da agitação operária, o agravamento dos antagonismos sociais, o aumento da probabilidade (devido à crise de 1907) de “catástrofes financeiras” e ainda, pelo outro lado, o incremento da política neocolonial, tudo isso compõe um cenário marcado por uma “insegurança geral”. Mais ainda, indica a abertura de

um período de convulsões mundiais, de constantes deslocamentos de forças que, qualquer que sejam sua forma ou duração, não poderão dar lugar a uma estabilidade duradoura enquanto o proletariado não encontrar forças para expropriar política e economicamente a classe capitalista e inaugurar assim uma nova era da história universal (KAUTSKY, 1979b, p.107).

A confiança na disseminação do impulso revolucionário do Oriente, a expectativa de sua transmissão para o Ocidente não era fruto apenas do entusiasmo ou de uma aposta no escuro, explica-se pela nova fase do capitalismo mundial, caracterizada por uma ampliação da penetração e da influência de seus princípios em todo o planeta. Na interpretação de Kautsky, o imperialismo teria unido (pela economia e pela política) de tal forma os mais diversos países que, doravante, não seria mais possível evitar que “perturbações políticas do Oriente repercutam no Ocidente”.

A nova era de revoluções que se descortina ao Oriente, segundo Kautsky, assemelha-se ao curto século insurrecional que a Europa Ocidental viveu entre 1789 e 1871. Mas, tal analogia não pode ser levada ao pé da letra, posto que os levantes de agora, “não tendem apenas a criar condições favoráveis para uma produção

capitalista nacional; são também uma forma de luta contra a dominação do capital estrangeiro” (KAUTSKY, 1979b, p.99). Desse modo, tais sublevações não visam propriamente a passagem da direção das instituições políticas às mãos da burguesia industrial, mas sobretudo a conquista da independência nacional. Esse raciocínio não serve integralmente para o exame do caso específico da Rússia, uma vez que lá a questão nacional não assumiu tanta importância assim. Kautsky, porém, parece seguro de que independente do espírito combativo do proletariado russo, a seu ver, “um fator político muito mais real que os operários ingleses”<sup>10</sup>, “uma revolução não poderia estabelecer imediatamente na Rússia um regime socialista, pois as condições econômicas estão ali demasiado atrasadas” (KAUTSKY, 1979b, p.12), tendo, portanto, que limitar-se a um regime democrático com forte presença dos setores mais representativos dos interesses dos trabalhadores<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Sempre que pode Kautsky desqualifica o movimento operário, a organização sindical e a política socialista dos ingleses, modelos confessos de Bernstein (veja, por exemplo, KAUTSKY, 1933, p. 52-54). Discordando, de modo geral, daqueles que apontam um caminho predeterminado para a Alemanha dentro do capitalismo (a trajetória da Inglaterra, conforme Bernstein; o percurso dos Estados Unidos, segundo Sombart), Kautsky lembra que, apesar da economia alemã hoje ser semelhante à americana, sua situação política parece bem mais próxima da realidade da Rússia (Sobre essa comparação confira SALVADORI, 1986, p. 261-268).

<sup>11</sup> Kautsky vai se prender a essa avaliação mesmo depois de Outubro de 1917. Em *A Ditadura do Proletariado*, por exemplo, embora de início ressalte que “não é o fator material, mas o fator humano que é decisivo”, não deixa de salientar que “é preciso que a maturidade do proletariado se acrescente à maturidade das condições e ao patamar necessário de desenvolvimento industrial” (KAUTSKY, 1979a, p. 12-13). Mais adiante, adverte que “a destruição do capitalismo não é ainda o socialismo” principalmente se for levada a cabo “em um país pouco desenvolvido do ponto de vista econômico e onde o proletariado constitui apenas a minoria” (KAUTSKY, 1979a, p. 57). Para uma enumeração, feita pelo próprio Kautsky, das condições objetivas e subjetivas indispensáveis à superação do capitalismo veja KAUTSKY, 1979b, p. 02.

Na Alemanha, todavia, a possibilidade de uma revolução proletária não pode ser descartada. O proletariado alemão já teria preenchido todas as condições para que uma ocasional sublevação sua não fosse mais considerada uma experiência prematura: “não só cresceu consideravelmente sua força numérica, não apenas se fortaleceram suas organizações, mas a classe operária também adquiriu uma enorme superioridade moral” (KAUTSKY, 1979b, p.100), amplificada pela “decadência moral e intelectual” da camada dirigente. Essa análise, entretanto, soa mais como uma ameaça aos altos escalões do Estado e da burguesia alemã, renitentes opositores de uma reforma democrática do sistema político, do que como um prognóstico a ser cumprido em qualquer situação. Kautsky credita ainda ao bloco dominante uma capacidade de estabilização e de integração, bem como um potencial de mobilização (sobretudo do aparelho burocrático e do exército), que inviabilizam a hipótese de uma transição, a curto prazo, ao socialismo a não ser como alternativa ao confronto imperialista mais extremado, ou seja, enquanto medida defensiva (não apenas do proletariado, mas de certo modo da própria civilização) contra a ameaça de uma guerra mundial ou então como conseqüência desse conflito<sup>12</sup>.

Uma vez que o incremento dos fatores revolucionários e o agravamento das contradições de classe parecem ainda insuficientes para propiciar uma transição segura ao socialismo, Kautsky recomenda que

<sup>12</sup> Diga-se em favor de Kautsky que ele não considera essa hipótese implausível. Muito pelo contrário, “faz muito tempo que essa situação [de corrida armamentista e confronto imperialista] teria levado à guerra se a revolução não se apresentasse mais iminente pela guerra que pela paz armada. A força crescente do proletariado impede, há trinta anos, uma guerra européia e faz com que todos os governos, ainda hoje, retrocedam horrorizados diante dessa guerra. As grandes potências, porém, encaminham as coisas para um ponto em que os fuzis dispararão sozinhos” (KAUTSKY, 1979b, p.95).

o proletariado alemão se dedique particularmente, como tarefa imprescindível em seu esforço pela conquista do poder, à realização dos seguintes objetivos: “reformular o sistema eleitoral do Reichstag, conquistar o sufrágio universal e o escrutínio secreto para as eleições das câmaras, principalmente nas da Saxônia e da Prússia e, por fim, elevar o Reichstag acima dos governos e das câmaras dos diferentes estados” (KAUTSKY, 1979b, p.85). Como se vê, o impacto da derrota eleitoral de 1907, uma surpreendente e repentina involução na até então sempre ascendente curva de votação do partido social-democrata alemão, não conseguiu desestimular Kautsky da viabilidade da estratégia eleitoral enquanto caminho mais curto para o socialismo.

Muito embora a eleição de 1907 não pareça ter abalado a confiança de Kautsky na “marcha irresistível” da classe operária para a vitória eleitoral (uma transferência de objeto do expectativismo, outrora esperançoso da inevitabilidade de um colapso econômico)<sup>13</sup>, o resultado adverso deixou-o, no mínimo, impaciente em relação ao andamento das reformas, fossem elas políticas ou sociais<sup>14</sup>. Para enfrentar essa situação de “estagnação geral”, para romper o isolamento e a imobilidade da classe operária, passa, então, a recomendar a adoção e a combinação de diversos (e hete-

<sup>13</sup> Pensando bem, Kautsky nunca abandona a perspectiva de que o socialismo resultaria de um colapso, seja ele econômico, político (o presságio de uma guerra mundial), ou mesmo eleitoral.

<sup>14</sup> A avaliação pessimista das conquistas dos trabalhadores alemães, a ressalva de que “no domínio da legislação operária ou das reformas sociais reina, em geral, um marasmo completo” (KAUTSKY, 1979b, p. 70), não significa uma descrença na política de reformas. Apesar de reconhecer as dificuldades, Kautsky incentiva uma dedicação ainda maior a esses objetivos destacando, por exemplo, a necessidade imperiosa de uma reforma eleitoral para corrigir as distorções favorecedoras do voto do campo e das pequenas cidades em detrimento do voto urbano, responsáveis, a seu ver, pela derrota do SPD no escrutínio de 1907 (veja KAUTSKY, 1979b, p. 82-83).

rogêneos) métodos de luta: greve de massas e outras formas de ação direta, reafirmação da ação parlamentar, desenvolvimento incessante da organização por meio do trabalho miúdo e cotidiano etc. A abertura (pouco comum num “guardião da ortodoxia”) para uma renovação da tática partidária, a ambigüidade inerente à estratégia de “nem revolução nem legalidade a qualquer preço” (título de um dos capítulos do livro), foram recebidas pelos contemporâneos, numa seqüência de mal-entendidos, como uma indeterminação acerca dos rumos da social-democracia<sup>15</sup>.

Um ano depois, diante da retomada das demonstrações de rua na Prússia e premido pelas cobranças de apoio às formas de luta avalizadas em *O Caminho do Poder*, Kautsky alinha-se com a direção do partido (mas também com a cúpula sindical e os revisionistas) na condenação da viabilidade e da oportunidade de se recorrer a greves de massas. Para ele, o momento – marcado ainda por uma disparidade de força e organização entre o bloco proletário e os setores aglutinados pela classe dominante – exigia a manutenção da estratégia histórica de “desgaste” e não a opção prematura por uma (potencialmente suicida) tática de “aniquilamento” do adversário.

Essa atitude de Kautsky (no fundo coerente com uma trajetória orientada pelo propósito de evitar colocar em risco o aparato organizacional - e a legalidade - da ação socialista e, portanto, sempre temerosa ante formas de atuação passíveis de escapar ao controle direto dos sindicatos e do partido) foi o pivô de uma série de polêmicas no interior da social-democracia alemã. Logo após se recusar a publicar na *Neue Zeit* um texto de Rosa Luxemburg com críticas à postura adotada pela direção do partido frente aos

recentes movimentos de massas, Kautsky dedica vários artigos (justificando publicamente seu ato) à refutação das propostas da ala esquerda, em especial, das teses de Rosa. Em seguida, defende a ação parlamentar contra Anton Pannekoek e, por fim, em 1912, encara ainda uma controvérsia com Franz Mehring. O saldo desses debates (radicalizados pela conjuntura ao ponto de redundar em rompimentos de relações) ao mesmo tempo em que forja e consolida o centro ortodoxo como uma tendência bem definida do espectro político e ideológico do SPD, também configura, desde já, uma divisão irremediável no campo marxista, cristalizada em breve com o fim de mais uma Internacional Socialista.

Apesar da amizade que os unira até então, Kautsky e Rosa Luxemburg, aliados e companheiros no combate ao revisionismo, já estavam claramente distanciados desde 1906 quando ela delineou (no decorrer das discussões acerca do significado dos acontecimentos da Rússia), com *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, um novo programa de ação revolucionária para a social-democracia alemã.

Esse livro determina uma inflexão definitiva na teoria e na prática política de Rosa Luxemburg, estabelecendo os princípios gerais da estratégia que ela seguirá até o trágico desenlace da revolução alemã no inverno de 1918. Diferencia-se da controvérsia com Bernstein de 1899, uma série de artigos reunidos em *Reforma Social ou Revolução?*, não só pela preocupação em especificar de forma mais concreta formulações genéricas e abstratas ali espalhadas um tanto quanto desordenadamente (como, por exemplo, a sugestão, na impossibilidade de superar a dominação econômica capitalista por meio de reformas sociais e democráticas, de não prescindir da luta constante e massiva)<sup>16</sup>, mas principalmente por uma mudança em

<sup>15</sup> Kautsky não deixa de reforçar essa impressão quando adverte que a força política e econômica do capital aumentam simultaneamente com o incremento do poder do proletariado. Com isso, o resultado da “batalha final” torna-se imponderável.

<sup>16</sup> Confira LUXEMBURG, 1975, p. 68-70.



relação a alguns dos principais pontos definidores da sua posição durante a querela do revisionismo. Dentre estes, talvez o mais decisivo seja sua reavaliação da evolução política do SPD. Desencantada com as diretrizes ditadas pelas cúpulas partidária e sindical, Rosa tende a concordar (embora para extrair a consequência oposta) com a afirmação de Bernstein de que, mantidas as coisas como estão, a social-democracia encaminha-se para se transformar lenta e gradualmente num partido, se não francamente anti-revolucionário, no mínimo, exclusivamente eleitoral e parlamentar.

A decepção com a eficácia da tática histórica do socialismo alemão desperta em Rosa Luxemburg uma profunda desconfiança em relação a propostas de direcionamento político que concedam primazia a um projeto de reformas. Afastando-se cada vez mais da ortodoxia, repensando a relação entre a teoria e a prática em função da ação revolucionária (doravante prioritária), Rosa acabou por desenvolver, junto com o seu programa de ação, uma nova compreensão do marxismo que se configurou, para muitos, como a forma mais apta (na era de revoluções aberta pelo 1905 russo) de levar adiante essa tradição<sup>17</sup>.

*Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, e de certo modo mesmo sua obra posterior, mantêm intocada a dualidade inerente à concepção histórica que orienta a crítica de Rosa Luxemburg ao revisionismo, isto é, o descompasso entre o exame, quase diria científico, do passado ou do presente e sua crença numa filosofia da história determinista. Assim, ao mesmo tempo que destaca novamente, contra Bernstein, que não cabe fazer qualquer consideração sobre a greve

de massas (como em geral acerca das condições do combate proletário) em chave abstrata ou anti-histórica, Rosa também não deixa de repetir que o futuro das greves de massas na Alemanha encontra-se nas mãos da História<sup>18</sup>. A projeção de um amanhã que se desenrolará inevitavelmente desempenha aqui, entretanto, um papel secundário, ao contrário da importância que adquiriu em *Reforma Social ou Revolução?*. O que prevalece ao longo do livro é uma análise viva, precisa e detalhada da greve de massas como fenômeno histórico.

Rosa Luxemburg ressalta, de início, que uma observação cuidadosa da origem e do andamento da insurreição russa não permite “falar nem de plano preestabelecido, nem de ação organizada”. Dessa simples inferência, à primeira vista banal, ela extrai, no entanto, as três principais conclusões da sua interpretação. Primeira, a greve de massas não é um “meio engenhoso” inventado para reforçar ou auxiliar a luta cotidiana dos trabalhadores, é a própria forma de manifestação do proletariado no decorrer da revolução. Isso altera completamente a versão corrente acerca da função desse método de combate, pois deixa claro que (nas palavras de Rosa) “não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas” (LUXEMBURG, 1979, p.47). Segunda, o caráter “espontâneo” da sublevação inverte a equação montada pela ortodoxia da social-democracia alemã (pilastra central da sua estratégia histórica): não são a “educação política, a consciência de classe e a organização” que tornam o

<sup>17</sup> Lukács, por exemplo, em um prefácio de 1921 a uma edição húngara de *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, classifica Rosa Luxemburg como “a maior entre os maiores”, entre outros motivos, porque foi a primeira a “descobrir a única arma eficaz contra os perigos do imperialismo: os movimentos de massa revolucionários” (LUKÁCS, 1998, p. 321).

<sup>18</sup> Diz ela: “quanto à aplicação prática da greve de massas na Alemanha a História decidirá, como o fez na Rússia; para a História, a social-democracia e suas resoluções são um fator importante, de certo, mas um fator entre muitos” (LUXEMBURG, 1979, p. 21). Não deixa de ser interessante notar que aqui Rosa admite, talvez pela primeira vez, a possibilidade de uma bifurcação separar a trajetória do partido dos rumos da história.

proletariado revolucionário, mas é a ação revolucionária que educa, conscientiza e organiza a classe operária. Terceira, a espontaneidade das massas proletárias – aparentemente desordenada e caótica, já que num vai e vem constante ora se aglutina em torno de uma reivindicação política ora se dispersa em inumeráveis greves econômicas – atesta, na verdade, uma permanente união e interação (mesmo que subterrânea) entre a luta econômica e a luta política.

Tais conseqüências, genéricas o suficiente para compor um modelo global para a ação da classe operária, ressaltam, deliberadamente, apenas a originalidade da revolução proletária<sup>19</sup>, deixando na sombra a especificidade da insurreição russa. Rosa Luxemburg, porém, não tem como (e nem pretende) fugir ao debate, onipresente na época, acerca das singularidades do Oriente insurgente. Na sua opinião, os eventos de 1905 só conservariam uma “semelhança formal de objetivos” com as revoluções burguesas da Europa Ocidental. A atual sublevação, desencadeada depois de completado todo um ciclo de desenvolvimento capitalista, representaria uma modificação decisiva: nela, a ação das massas não se subordina mais, como outrora, aos interesses da burguesia, mas obedece ao comando de “um proletariado moderno, com uma desenvolvida consciência de classe, num ambiente internacional sob o signo da decadência burguesa” (LUXEMBURG, 1979, p.61). Para esse proletariado (ao mesmo tempo em luta contra o absolutismo e a exploração capitalista) o confronto entre sociedade burguesa e antigo regime não consegue mais eclipsar o fato de que tam-

bém há um conflito, cada vez menos secundário, entre a classe operária e a burguesia. Desse modo, a tática de greves de massas (bem como o conjunto das reflexões acerca da Revolução de 1905) deve ser compreendida “não como um produto específico do absolutismo russo, mas como forma universal de luta das classes proletárias, determinada pelo estágio atual do desenvolvimento capitalista e das relações de classe” (LUXEMBURG, 1979, p.63).

A tendência da análise de Rosa Luxemburg a destacar os princípios gerais (minimizando a especificidade) da revolução russa explica-se como um desdobramento lógico de sua aposta num futuro prenhe de insurreições operárias (profecia que, diga-se de passagem, revelou-se acertada), traduzida aqui no prognóstico – “a revolução russa não é menos herdeira das velhas revoluções do que precursora de uma nova série de revoluções proletárias”. Mas também não deixa de estar orientada pelo propósito de avaliar a possibilidade de uma transposição sem escalas do método russo para a realidade da Alemanha, premissa decisiva do novo programa revolucionário que formula para o proletariado alemão.

Como vimos, a corrente majoritária na social-democracia (muito bem representada por Karl Kautsky) aceitava, no máximo, enquanto sintoma do impacto da revolução russa no Ocidente, a tese da transmissão de um “impulso” a partir do Oriente, nunca a hipótese de um transplante integral das táticas ali desenvolvidas. Afinal, as condições de luta, a evolução histórica e a experiência política do proletariado alemão diferiam bastante do seu congênere russo. Rosa Luxemburg contrapõe-se frontalmente a esse veredicto, seja procurando desmentir que a vanguarda operária russa, os trabalhadores da grande indústria nos centros urbanos desenvolvidos, tivessem um nível de vida (ou mesmo salários) muito inferiores às categorias correspondentes na Alemanha, seja enfatizando a miséria de enormes parcelas do proletariado alemão (mineiros, operários têxteis, trabalhadores agrícolas, empregados do

<sup>19</sup> Em *A Revolução Russa*, redigida depois de outubro de 1917, já não se enfatiza tanto a especificidade da revolução proletária. Lá, preocupada em determinar o curso geral desse processo, Rosa Luxemburg destaca antes a “correspondência exata” que aproxima o andamento da Revolução Russa do “esquema evolutivo das grandes revoluções inglesa e francesa” (confira LUXEMBURG, 1991, p. 65-72).

Estado como ferroviários e funcionários dos correios, etc.) que continuavam “vivendo numa obscuridade que a benfazeja luz sindical mal aqueceu”. Além disso, muitas das conquistas da classe operária russa, obtidas no decorrer da insurreição, como a jornada de 8 h diárias, ainda apareciam para os alemães “como um belo e longínquo ideal”<sup>20</sup>. Isso posto, ela espera que o operariado da Alemanha avance (ultrapassando a mera solidariedade internacional para com o proletariado russo) até o ponto de apreender a revolução russa como “seu assunto próprio”, ou seja, “como um capítulo de sua própria história social e política” (IDEM, IBIDEM, p.64).

É, portanto, dentro de um cenário colorido pela expectativa que o “impulso revolucionário” do Oriente possa também desencadear eventos similares no Ocidente (atualizando a perspectiva de uma retomada da revolução socialista) que Rosa Luxemburg se propõe a aplicar e a adequar as conclusões gerais de suas reflexões sobre os acontecimentos de 1905 à Alemanha. Se cabe generalizar sua (primeira) conclusão de que a greve de massas é mais que um mero meio de reforçar o combate da classe operária, já que consiste na própria forma de manifestação do proletariado no decorrer da revolução, fica claro então que o modelo insurrecional sob o qual se pensara até então a passagem ao socialismo caducara. O advento (e a supremacia) do método de greves de massas durante a revolução russa teria, portanto, gerado implicações distintas, e menos óbvias, que o dilema de incorporar ou não esse procedimento ao estoque de recursos da luta socialista (como fazia crer sua recepção pela social-democracia alemã). Apontava particularmente para a superação (no sentido hegeliano do termo, isto é, simultaneamente como supressão e como conservação) do padrão instaurado pelo ciclo das revoluções burguesas: “o que antes era a principal manifestação da revolução, o combate nas barricadas, o confron-

to direto com as forças armadas do Estado, só constitui na revolução atual o ponto culminante, uma fase no processo da luta de massa proletária” (LUXEMBURG, 1979, p.62).

Por sua vez, a (segunda) conclusão de que não é a “educação política, a consciência de classe e a organização” que tornam o proletariado revolucionário, mas é a ação revolucionária que educa, conscientiza e organiza a classe operária, desmontaria o principal axioma da estratégia histórica da social-democracia alemã. Afinal, se é verdade que “as revoluções não se aprendem na escola”, a premissa de que “antes de executar uma ação direta de massas os operários devem estar organizados na sua totalidade” está completamente equivocada. Seguindo esse raciocínio, Rosa Luxemburg não apenas sugere que se altere a tática socialista, substituindo a primazia da atuação eleitoral e parlamentar pelas diversas formas de ação extraparlamentar, mas também estabelece uma nova maneira de desenvolver a proposta de Engels de uma “revolução da maioria”.

A recomendação de uma organização prévia da classe operária sempre assentou-se (seja em Bernstein, em Kautsky ou mesmo na primeira Rosa) no pressuposto, até então não discutido, de que se tratava da melhor forma de levar adiante o trabalho a longo prazo e o combate prolongado por posições inerentes às exigências dos novos tempos. Entretanto, de acordo com a interpretação de *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, os acontecimentos de 1905 teriam ensinado duas coisas bem diferentes. Primeira, o modo mais conveniente (para quem visa de fato a superação do capitalismo) de conduzir uma luta demorada e persistente é a própria ação revolucionária. Segunda, a fórmula de Engels deve ser levada ao pé da letra, isto é, qualquer esforço que tentasse prescindir durante esse processo da contribuição das massas desorganizadas seria inócuo<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Confira LUXEMBURG, 1979, p. 51-55.

<sup>21</sup> Em *Problemas do Socialismo* (BERNSTEIN, 1982b, pp. 10-18), comentando uma obra de Hobson, Bernstein já havia alertado

Com isso, Rosa Luxemburg não descarta a necessidade da organização, apenas inverte seu nexos tradicional com o combate político: “a concepção rígida e mecânica da burocracia só admite a luta como resultado da organização que atinja certo grau de força. Pelo contrário, a evolução dialética, viva, faz nascer a organização como produto da luta” (IDEM, IBIDEM, p.57). A nova estratégia que ela propaga não deixa, porém, de deslocar, pelo menos em parte, o fulcro das “minorias organizadas” para as freqüentemente subvalorizadas “camadas mais extensas das massas proletárias desorganizadas, revolucionárias por simpatia [com o socialismo] e pela sua condição”. De agora em diante, o êxito das manifestações de massa (e, portanto, da própria “revolução da maioria”) estaria condicionado à capacidade do proletariado para arrastar essas camadas, ou seja, passa a depender, cada vez mais, da possibilidade de transformar as sublevações operárias em autênticos “movimentos populares”.

A adequação dessa proposta de redefinição da fórmula “revolução de maioria” à realidade alemã parece bem clara. O apelo às massas desorganizadas, por exemplo, aparece como uma saída óbvia para um partido cujo potencial de crescimento encontrava-se estrangulado pela lentidão no incremento do número de trabalhadores da indústria (motivo maior da impaciência demonstrada por Kautsky em *O Caminho*

para a recente implantação de indústrias voltadas para a produção em grande escala, base econômica de uma sociedade de massas em formação. Mas, durante a Segunda Internacional, apenas Rosa Luxemburg parece ter levado em conta em seu projeto político esse novo fator (diga-se de passagem, numa chave um tanto quanto otimista). Em outro registro, cabe ainda notar que ela parece ter sido também a única a perceber que cada camada do proletariado alemão reproduzia o estágio de desenvolvimento de um outro país (e, por conseguinte, de outro proletariado), destacando assim, a posição intermediária da Alemanha, a meio caminho entre a Inglaterra e a Rússia.

*do Poder*)<sup>22</sup>. Na opinião de Rosa Luxemburg, a social-democracia patinava porque numa situação normal (isto é, num cenário marcado pela ausência de “violentas lutas de classe”), como se podia comprovar pelo exemplo da Inglaterra, mesmo “com um século inteiro de trabalho sindical infatigável, sem ‘perturbações’, conseguiu-se organizar somente uma minoria entre as camadas privilegiadas do proletariado” (LUXEMBURG, 1979, p.57). Mas também porque o SPD teria investido exclusivamente em métodos de educação do proletariado inoperantes e pouco eficazes:

No operário alemão esclarecido, a consciência de classe incutida pela social-democracia é uma consciência *teórica latente*; no período do domínio parlamentar burguês geralmente não tem ocasião para se manifestar por uma ação direta de massas, é o resultado ideal das quatrocentas ações paralelas das circunscrições durante a luta eleitoral, dos numerosos conflitos econômicos parciais etc. Na revolução em que a própria massa aparece na cena política, a consciência de classe torna-se *concreta e ativa*. Assim, um ano de revolução forneceu ao proletariado russo uma educação que trinta anos de lutas parlamentares e sindicais não podem artificialmente dar ao proletariado alemão (LUXEMBURG, 1979, p.59).

Entretanto, o ponto onde fica mais evidente o propósito de Rosa Luxemburg de extrair lições da revolução russa compatíveis com a situação da Alemanha é no aproveitamento que ela faz da sua (terceira) conclusão de que a aparente dispersão da ação proletária

<sup>22</sup> A ala direita do partido também clamava, na época, pela incorporação de novos setores, prováveis aliados na luta contra a burguesia. Buscavam, entretanto (diferentemente de Rosa), apenas uma forma para viabilizar a estratégia eleitoral. Já para a ortodoxia a possibilidade de transformar o SPD em uma espécie de “partido popular” não era bem vista. Temia-se que, assim, a social-democracia perdesse sua identificação com a classe operária ou então que isso dificultasse a manutenção da autonomia e da independência do movimento operário, premissa indispensável (segundo Kautsky) de sua postura antagônica diante do mundo burguês.

ocultaria uma união e uma interação mais profundas entre a luta econômica e a luta política.

À luz das greves de massas de 1905, o conflito entre as duas principais organizações do movimento operário alemão, o partido e os sindicatos, aparece então como um “produto artificial, embora historicamente explicável, do período parlamentar”. Assim, a autonomia adquirida por cada uma dessas formas de ação (ou mesmo a distinção teórica segundo a qual o combate sindical abarca os interesses imediatos e o combate levado adiante pelo partido os interesses futuros) decorreria, em grande medida, da burocratização e da especialização (matriz indiscutível de uma casta de dirigentes sindicais permanentes) inerentes a um período (na sua opinião, já concluído) de prosperidade econômica e apatia política.

De modo geral, ao ressaltar o vínculo indissolúvel entre a ação sindical e as reivindicações políticas, Rosa Luxemburg procura especificar (visando corrigir a dialética entre esses procedimentos exposta por ela mesma nos artigos contra Bernstein), para um contexto distinto, as novas modalidades de articulação entre reforma e revolução, pensadas originalmente numa situação de calmaria. Levando em conta a tendência (latente na prática política do SPD, explícita na teorização de Kautsky) a conceber a execução do programa de reformas como a própria tarefa revolucionária, acentua o pólo oposto, condicionando a obtenção de reformas sociais ou democráticas a uma intensificação da ação revolucionária.

Diante da ameaça de divisão do campo socialista alemão, configurada pelo confronto entre partido e sindicatos, esse programa genérico singulariza-se ainda mais. Tendo em vista que, na sua interpretação, a oposição entre partido e sindicatos derivava apenas da animosidade dos funcionários da cúpula sindical (guardiões de seus próprios interesses)<sup>23</sup>, Rosa pro-

põe que a unidade da social-democracia seja preservada, doravante, “pela base”:

Nada seria mais falso e mais ilusório do que querer essa unidade por intermédio de negociações esporádicas ou regulares entre a direção do partido e a direção sindical sobre as questões particulares do movimento operário. São precisamente as instâncias superiores das organizações das duas formas do movimento operário que encarnam, como já se viu, a sua autonomia e separação; são essas instâncias que dão a ilusão da igualdade de direitos e da paralela coexistência do partido socialista e dos sindicatos. Querer realizar a unidade das duas organizações pela aproximação entre o secretariado do partido e a comissão geral dos sindicatos seria querer edificar uma ponte onde o fosso é mais largo e a passagem mais difícil. Não é no alto, no cume das organizações; é na base, na massa dos proletários organizados que se encontra a garantia de uma verdadeira unidade do movimento operário (LUXEMBURG, 1979, p.78).

Com isso, porém, Rosa Luxemburg acaba delineando mais do que uma simples sugestão acerca do modo mais adequado de resolver a controvérsia entre os dois braços da social-democracia. Ao mesmo tempo que prega desobediência à hierarquia (e às diretrizes consagradas) do partido e dos sindicatos, ela não deixa de estar propondo também uma nova maneira de compreender o marxismo. A seu ver, a solução geral para os dilemas (em especial, para a ameaça de desintegração) do movimento operário alemão seria a adoção, “pela base” de uma ação não-reformista. A necessidade de manter a unidade das forças socialistas exigiria, portanto, que o marxismo voltasse a ser determinado (à maneira da sua apresentação inicial le-

cume, na superestrutura administrativa: ergue-se em face do partido como uma segunda grande potência autônoma. O movimento operário alemão reveste assim a forma estranha de uma dupla pirâmide cuja base e cujo corpo são formados da mesma massa, mas cujos vértices se vão distanciando um do outro” (LUXEMBURG, 1979, p. 78).

<sup>23</sup> Segundo Rosa Luxemburg, “o mesmo movimento sindical que, na base, constitui um todo com o socialismo, separa-se deste no

vada a cabo pelo próprio Marx no *Manifesto Comunista*) a partir de sua identidade (ou ainda, em função de sua interação) com a prática revolucionária.

A pertinência dessa política ao longo das duas décadas seguintes, levou muitos militantes (rejeitando a versão corrente que o definia enquanto “socialismo

científico”, isto é, as sucessivas exposições, iniciada pelo último Engels, que restringiam a doutrina de Marx a uma concepção sistemática, dialética e materialista da natureza e da história), dentre eles Karl Korsch e Georg Lukács, a tentarem reconstruir o marxismo novamente como uma “teoria da revolução”.

## Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- BERNSTEIN, Eduard. *Las Premisas del Socialismo y las Tareas de la Socialdemocracia*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1982a.
- BERNSTEIN, Eduard. *Problemas do Socialismo*, em: *Las Premisas del Socialismo y las Tareas de la Socialdemocracia*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1982b, p. 3-92.
- BLACKBOURN, David e ELEY, Geoff. *The Peculiarities of German History. Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-century Germany*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1984.
- KAUTSKY, Karl. *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.
- \_\_\_\_\_. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979b.
- \_\_\_\_\_. *O Marxismo*. São Paulo: Unitas, 1933.
- \_\_\_\_\_. “O Que é uma Revolução Social?”, em: MILLS, C. Wright. *Os Marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.169-186.
- LUKÁCS, Georg. “Prefácio à *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*”. In: LÖWY, Michel. *A Evolução Política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 320-326.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Social ou Revolução?*, em: *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 7-101.
- MATTHIAS, Erich. “Kautsky e o Kautskismo”. In: BERTELLI, Antonio Roberto. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 33-76.
- SALVADORI, Massimo. “A Social-democracia Alemã e a Revolução Russa de 1905”. In: HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo*, v.3, 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 243-290.
- \_\_\_\_\_. “Kautsky Entre Ortodoxia e Revisionismo”. In: HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo*, v.2, 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 299-339.
- WALDENBERG, Marek. “A Estratégia Política da Social-Democracia Alemã”. In: HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo*, v.2, 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 223-255.